

Ao despejar a água suja do banho também se deita fora o bebé: A propósito da resolução 1481 da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa

Numa época em que se reconhece cada vez mais a necessidade de defender a cidadania, contra as tentativas dos poderosos do mundo de proceder ao dismantelamento sistemático dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores e os povos através da sua luta, não é possível deixar passar em claro as tentativas de condenação deste combate e da sua história, a pretexto da alegada denúncia dos crimes daqueles que o defraudaram para defender interesses que lhe são estranhos.

A este propósito é elucidativo o teor da Resolução 1481, de 25 de Janeiro de 2006, da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (*Necessidade de uma condenação internacional dos crimes dos regimes comunistas totalitários*), que imputa aos estados em que alegadamente vigoraram ou vigoram tais regimes a violação massiva dos direitos do homem ? traduzida em assassinatos, extermínios, torturas, deportações e prisões em massa de populações ? considerando que a sua intensidade variaria em função da cultura, do país e do período histórico em causa e que a mesma teria sido justificada em nome da teoria da *luta de classes* e do princípio da *ditadura do proletariado* (Pontos 2. e 3. da Resolução).

Após o que sustenta que a consciência histórica da situação em apreço é condição indispensável para se evitar a repetição de acções desta natureza, alegando que o julgamento moral e a condenação dos crimes cometidos desempenham um papel importante na educação das jovens gerações, para concluir que uma posição clara da comunidade internacional sobre este passado poderia servir de referência para a sua acção futura e permite esperar que ela encoraje os historiadores do mundo inteiro a prosseguir as suas investigações no sentido de esclarecer objectivamente os factos (Pontos 7., 12. e 14 da Resolução).

O mínimo que se pode dizer é que de uma cajadada matam-se dois coelhos:

Ao mesmo tempo que se "condena" os crimes dos governos estalinistas que usurparam o poder político aos cidadãos para defenderem os seus privilégios nos estados em que o capital foi expropriado, mete-se no mesmo saco o amplo leque de conquistas sociais resultantes da economia planificada, no domínio laboral, da saúde e da educação de que tais cidadãos beneficiavam e cujos vestígios são ainda hoje detectáveis no alto nível de qualificação dos trabalhadores emigrantes oriundos dos países de leste.

Esquece-se de referir que, quando esses mesmos trabalhadores se revoltaram contra a nomenclatura, da Alemanha de Leste à China, passando pela Hungria, pela Checoslováquia e pela Polónia, a partir de 1953, os mesmos que propõem a condenação do comunismo, do marxismo e das conquistas sociais que tais revoltas procuravam defender e aprofundar, uniram-se aos algozes estalinistas, ajudando-os a isolar e a derrotar os revoltosos, culminando essa santa aliança contra-revolucionária com a assinatura dos acordos de Helsínquia em 1975, que, entre outras cláusulas, previam a inalterabilidade das fronteiras europeias herdadas de Yalta e de Potsdam(1945), statu quo que contribuiria para prolongar a vida dos burocratas totalitários, à custa de aberrações como a divisão artificial da Alemanha e da Europa até 1989.

Para justificar a política e o discurso anti-social da globalização imperialista a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa procura condenar uma das principais conquistas históricas do movimento operário mundial, iniciada com a Revolução Socialista de 1917 na Rússia. Para o que não deixa sequer de tentar envolver os historiadores na legitimação desta operação, certamente com o objectivo de "ajustar" a memória aos seus desígnios.

Perante tamanho cinismo é caso para dizer que ao despejar a água suja do banho também se deita fora o bebé!